

Inflação é ameaça maior para emergentes como o Brasil



ANTÔNIO GAUDÉRIO/FOLHA IMAGEM

Brasil, China, Rússia e Argentina estão entre os países mais ameaçados pela alta de preços intensificada nas últimas semanas. Eles exibem saúde econômica parecida com a de países ricos nos anos 70, quando ocorreu a última grande crise inflacionária. Além de alimentos e combustíveis, os preços altos já contaminam outros produtos e alguns serviços. Especialistas e senadores avaliam fórmulas para conter a crise.

PÁGINAS 8 E 9

Remarcação de preços em supermercados, comum na década de 80, atormentava a vida dos consumidores: inflação volta a ameaçar o país

Projeto contra a pedofilia deve ter votação rápida

Por iniciativa da CPI da Pedofilia, já começou a tramitar o projeto de lei que define o crime de pedofilia e outras práticas

associadas à pornografia infantil, que movimentam bilhões de dólares e, com a internet, tem controle cada vez mais difícil.

PÁGINAS 4 E 5

Vigília de Simon acelera empréstimo para o RS

Após cerca de cinco horas de vigília no Plenário do Senado, Pedro Simon conseguiu com que o governo enviase mensagem presidencial que autoriza o governo do Rio Grande do Sul a tomar empréstimo de US\$ 1,1 bilhão no Banco Mundial.

PÁGINA 12

SENADORES DEVEM VOTAR PRECATÓRIOS EM PLENÁRIO ANTES DO RECESSO

PÁGINA 3

e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13

— cidadania

Veja como agir a favor do meio ambiente no dia-a-dia

Além da ação do governo e da conscientização dos empresários, a mudança de hábito dos cidadãos é uma aliada para diminuir o aquecimento global. Dicas desta edição mostram como aproveitar melhor os recursos naturais e reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

PÁGINA 16

OSÉ CRUZ



Financiamento permitirá que o Rio Grande do Sul recomponha dívida com o governo federal, segundo Simon

DATASENADO REVELA: 70% CONDENAM A HOMOFOBIA

Pesquisa do DataSenado mostra que 70% dos entrevistados apoiam o projeto que torna crime a discriminação contra homossexuais.

PÁGINA 2

VENCEDOR NA OMC, BRASIL PODE RETALIAR OS ESTADOS UNIDOS

PÁGINA 7

ENDIVIDAMENTO Relator acolhe emendas e consegue aprovar texto na comissão. Agora, batalha vai ao Plenário

Pelas regras, os pequenos credores terão prioridade

Durante a votação na comissão, o relator Valdir Raupp disse que a maioria dos precatórios de maior valor não está mais nas mãos dos credores originais e sim de grandes escritórios de advocacia, que os adquiriram com descontos enormes, em alguns casos por apenas 10% a 15% do valor da dívida. Isso explicaria, segundo alguns senadores, a resistência da OAB ao uso dos leilões de deságio.

Os créditos de pequeno valor e os de natureza alimentícia foram, segundo Raupp, priorizados no seu substitutivo. Veja como ficou essa hierarquia:

- Os pagamentos de pequeno valor, definidos em lei pelas fazendas estaduais e municipais, serão pagos em primeiro lugar.
- Se não houver essa definição até 180 dias contados da data de publicação da nova emenda constitucional, será considerado pequeno valor o montante até 40 salários mínimos para estados e Distrito Federal e 30 salários mínimos para municípios.
- Os credores com 60 anos de idade ou mais terão preferência para receber precatórios alimentícios até o montante correspondente a três vezes o estabelecido como pequeno valor; o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório ou na fila em ordem crescente de valor ou ainda por leilão, opção que esse credor pode fazer a qualquer tempo.
- Os demais precatórios de natureza alimentícia (salários, benefícios previdenciários, entre outros) estão em terceiro lugar nessa ordem de preferência.
- Os precatórios não-alimentícios, em que se encaixam as dívidas públicas com as empreiteiras e demais fornecedores de bens e serviços, ficam em último lugar e são os candidatos mais fortes para disputar o recebimento por intermédio dos leilões de deságio das dívidas.



Raupp explica sua proposta na CCJ, na quarta-feira, acompanhado por Valter Pereira (E), Quintanilha e Demostenes Torres (D)

Plenário deve votar PEC dos precatórios ainda em julho

Articulação do governo com os estados e os municípios para concluir no Senado a votação da chamada PEC dos Precatórios (dívidas da União, estados, Distrito Federal e municípios, determinadas por sentença judicial) já começou. O senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, anunciou que o acordo é para quebrar o prazo de espera (interstício) imposto pelo regimento e votar o substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) na primeira semana de julho no Plenário.

Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na última quarta-feira, em meio a muita polêmica e tentativas de adiamento, o substitutivo de Raupp a sete propostas de emenda à Constituição só foi votado após entendimento, sugerido pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), para que novas emendas só fossem apresentadas em Plenário. Se isso ocorrer, elas devem passar pelo crivo da CCJ.

Essa matéria demorou praticamente dois anos. Ela é complexa e estava limitando o funcionamento da CCJ. Foi a solução possível - avaliou o senador Marco Maciel (DEM-PE), que preside a comissão.

A fixação de regras para o pagamento de precatórios enquadra, segundo Raupp, os estados e os municípios que não os estão pagando. Define ainda prazos de até 15 anos para a quitação dessas dívidas, que somam cerca de R\$ 100 bilhões, e prioridades entre os credores para o recebimento (veja à esquerda).

O texto do relator teve como base a PEC 12/06, idealizada pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e hoje ministro da Defesa, Nelson Jobim, e apresentada pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL). O primeiro relator foi o senador César Borges (PR-BA), que não chegou a apresentar o seu parecer. Foram realizadas quatro audiências públicas com representantes de credores e devedores

e a participação até do atual presidente do STF, Gilmar Mendes. Os secretários de Fazenda de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram os principais negociadores pelo lado dos estados.

Apesar de discussões exaustivas e inúmeras versões para o seu relatório, Raupp não conseguiu demover a ferrenha oposição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao projeto. Desde o início, a entidade é contrária aos leilões de deságios. Introduzido pela PEC 12, esse mecanismo garante recebimento ao credor que aceitar o maior desconto.

Isso legaliza o calote. Vamos insistir em trocar os leilões pelas negociações nos juizados de conciliação - declarou o presidente da OAB, Cezar Britto, após encontro com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, na semana passada.

Cezar Britto avisou que tentará conseguir novas emendas no Plenário, com a ajuda do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), autor de algumas modificações acolhidas por Raupp na comissão. Uma delas incluiu a utilização dos depósitos judiciais para completar os valores que os estados e os municípios serão

OAB continua contrária aos leilões de deságio que serão criados

obrigados a reservar anualmente para o pagamento de precatórios.

Na versão final, Raupp acolheu emenda apresentada pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Osmar Dias (PDT-PR) que baixa de 60% para 50% os recursos que serão pagos por leilão de deságio. Os 50% restantes serão divididos pelos precatórios que estiverem na fila de recebimento em ordem de valor crescente (30%) e em ordem cronológica (20%).

Estado que deve menos será beneficiado com redução de gasto

As regras contidas no substitutivo criam duas formas para que os entes da Federação possam quitar seus débitos. A primeira alternativa, negociada inclusive com representantes do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), estabelece o prazo máximo de 15 anos para os devedores que optarem pelo regime especial de pagamento com a reserva anual de parcela da sua receita corrente líquida (RCL) para quitar os precatórios em atraso.

A tabela acertada introduz faixas de comprometimento da RCL, dependendo do estoque de precatórios pendentes. Ou seja, os estados e os municípios que devem menos precisarão reservar fatias menores da sua receita (0,6% e 0,8% ao ano). No caso dos estados com maior volume de precatórios, o percentual varia de

1,5% e 2%. Para os municípios, essa exigência baixa para 1% e 1,5% da RCL.

A segunda alternativa fixa em até 12 anos o prazo para a quitação e os devedores calculam o saldo atualizado das dívidas (com correção e juros da poupança), diminuem o que foi amortizado e dividem esse valor pelo número de anos. Ou seja, por 12 no primeiro ano, por 11 no segundo e assim por diante.

Essa fórmula beneficia os entes da Federação com menor dívida. Um estudo da assessoria de Raupp mostra qual a melhor opção de enquadramento para cada estado, com base no último levantamento realizado por um grupo de trabalho do Confaz sobre o estoque de precatórios estaduais, levando em consideração a RCL apurada em 2007 (veja ao lado).

PRECATÓRIOS ESTADUAIS							Em R\$ milhões
UF	Receita corrente líquida em 2007	Opção 1 (pagamento em 15 anos)			Opção 2 (pagamento em 12 anos)		Opção mais vantajosa para o estado
		Percentual da receita para pagar precatórios	Desembolso anual	Número de anos necessários para liquidar a dívida*	Desembolso anual		
AC	1.933,48	0,60	11,60	4	4,14		2
AL	3.109,71	0,60	18,60	9	13,33		2
AM	5.331,93	0,60	31,90	1	3,04		2
AP	1.838,77	0,60	11,03	2	2,28		2
BA	12.584,61	0,60	75,51	15	95,83		1
CE	6.550,42	0,60	39,30	12	39,16		1
DF	8.121,69	2,00	162,43	17*	234,06		1
ES	6.370,62	2,00	127,41	55*	581,26		1
GO	7.182,58	0,80	57,46	13	62,50		1
MA	4.693,06	0,60	28,15	5	12,33		2
MG	22.562,59	0,80	180,50	17*	258,33		1
MS	3.780,25	0,60	22,68	12	23,07		1
MT	4.881,50	2,00	97,63	23*	185,29		1
PA (**)	6.151,88	0,60	123,03	0,31	0,96		2
PB	3.420,31	0,60	20,52	7	11,65		2
PE	7.884,20	0,60	47,30	2	6,98		2
PI	2.801,06	0,80	22,40	13	25,11		1
PR	12.023,17	2,00	240,46	16*	311,62		1
RJ	26.455,11	0,60	158,73	15	200,00		1
RN	3.608,96	0,60	21,65	4	7,67		2
RO	2.482,50	0,80	19,86	16*	26,57		1
RR	1.278,81	0,60	7,67	0,27	0,17		2
RS	13.858,31	2,00	277,16	14	317,24		1
SC	7.820,95	0,60	46,92	8	33,20		2
SE	2.992,09	0,60	17,95	3	4,93		2
SP	68.984,49	2,00	1.379,69	12	1.416,67		1
TO	2.635,68	0,60	15,81	1	0,83		2
TOTAL	251.338,71						

* Nos casos em que a dívida supera o limite, os estados terão de se enquadrar no prazo de 15 anos

** Dados referentes aos precatórios trabalhistas

CLIMA Florestas, energia e mercado de carbono são alguns dos temas que receberam propostas específicas

TERESA OSORIO



Catástrofes, como as inundações, são apontadas como resultantes da ação humana no meio ambiente

Consumo consciente, um desafio mundial

Os poderes executivos e legislativos da União, estados e municípios devem estimular práticas de consumo consciente para reduzir a pressão gerada pela ação individual sobre o meio ambiente.

A recomendação está no relatório final da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, do senador Renato Casagrande (PSB-ES), aprovado na semana passada após 15 meses de debates com especialistas e autoridades na área, em 24 audiências públicas no Congresso, oito externas e três seminários.

O texto apresenta sugestões e projetos de lei relativos a nove setores específicos: florestas, energia, mercado de carbono, agricultura, educação ambiental, institutos de pesquisa, transportes, saneamento e meio ambiente urbano.

Para acompanhar a execução dessas propostas, já no dia seguinte à aprovação do texto final, o Congresso criou uma nova comissão nos mesmos moldes, com os mesmos integrantes e

com duração de 18 meses.

Ao Poder Executivo federal, a comissão propõe a adoção de metas nacionais, como a de estruturar um mercado doméstico de créditos de carbono por meio de compromissos setoriais voluntários de controle de emissões de gases de efeito estufa.

Caberia ainda ao Executivo, em conjunto com o Congresso, articular a realização de uma cúpula mundial sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil em 2012, a Rio + 20. A criação de uma Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente, mediante transformação do atu-

al programa, é outra proposta.

Casagrande defende a aprovação de diversos projetos sobre meio ambiente que já tramitam. Ao mesmo tempo, seu relatório apresenta sugestões, como a modificação das leis relativas à Política Nacional do Meio Ambiente e a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Dentre os projetos propostos na primeira versão do relatório, de dezembro de 2007, o senador destaca o que cria a política nacional de mudanças climáticas (PL 261/07), do deputado Antonio Carlos Thame (PSDB-SP).



Renato Casagrande (E), ao lado do deputado Ricardo Tripoli, apresenta relatório após 15 meses de debates com especialistas

Secas e inundações podem atrapalhar sistema elétrico

Os efeitos das mudanças climáticas – em especial o aumento da intensidade e da frequência de eventos extremos, como secas e inundações – podem influir diretamente na capacidade do sistema elétrico brasileiro de manter a oferta de energia, alerta a comissão ao fazer suas recomendações ao setor de energia: hidrelétrica, termelétrica, nuclear, eólica, solar, biomassa e biocombustíveis.

O relatório sugere a adoção de políticas e estratégias para aumentar a participação das fontes renováveis (eólica, solar e biomassa) na matriz energética

brasileira, sem ampliar a geração de energia a partir de combustíveis fósseis. Outro caminho para a autonomia energética é o incentivo à formação de cooperativas de pequenos usuários, com o uso de fontes renováveis, para uso exclusivamente local.

Quanto aos biocombustíveis, a comissão defende a extinção das barreiras ao comércio internacional, salientando que o plantio de culturas destinadas a essa produção deve priorizar as áreas degradadas, evitando o desmatamento e melhorando as condições de trabalho nas plantações de cana-de-açúcar.

Desmatamento ainda é o vilão maior do clima no Brasil

Tema que atrai a atenção internacional para o Brasil, a conservação das florestas do país exige a adoção de políticas e estratégias para eliminar o desmatamento ilegal, além de mecanismos de compensação financeira para financiar a preservação e ações voltadas à recuperação das áreas degradadas.

Os debates realizados pela comissão temporária apontaram que 75% das emissões brasileiras de gases de efeito estufa

decorrem de desmatamentos e queimadas: o desmatamento na Amazônia é responsável por 32% do total de emissões e, no Cerrado, o índice fica em 15%.

A criação de unidades de conservação da natureza deve ser intensificada, recomenda a comissão, com especial ênfase em biomas ameaçados. Especialistas relataram que, mesmo com a dificuldade de implementar essas unidades, esse tipo de política se mostra positiva.

Políticas e campanhas informativas para conscientizar o setor agrícola

A “revolução verde” da segunda metade do século passado gerou aumento significativo da produtividade agrícola, mas trouxe consideráveis danos ao meio ambiente, ressaltaram especialistas à Comissão de Mudanças Climáticas. Os prejuízos foram associados principalmente ao maior uso de fertilizantes e agroquímicos, que contribuíram para a emissão de gases de efeito estufa.

O metano, produzido pela pecuária; o óxido nitroso, proveniente do uso de fertilizantes nitrogenados; e o dióxido de carbono, subproduto da derrubada e queima de vegetação nativa para a ampliação

da fronteira agrícola são os gases geradores de efeito estufa enumerados pelos especialistas.

As recomendações da comissão incluem campanhas informativas sobre o uso racional de insumos agrícolas que impliquem a emissão desses gases e políticas agressivas de incentivo às práticas agrícolas sustentáveis, como o plantio direto, a integração lavoura-pecuária e os sistemas agrossilvopastoris. A recomendação, que vem sendo colocada em prática pela Embrapa, é a de desenvolver pesquisas destinadas a adaptar os cultivares às novas condições decorrentes das mudanças climáticas.

Comissão debate regras para energia limpa

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), defendeu o debate sobre a criação de um marco regulatório para energias alternativas, com destaque para a energia eólica (dos ventos).

A proposta foi feita durante audiência pública da CMA sobre a ampliação da participação da energia eólica na matriz energética. O encontro contou com a participação de especialistas, entre os quais o secretário para a América Latina da Associação Internacional de

Energia Eólica, Ramón Fiestas, que defendeu uma “posição firme” dos governos latino-americanos no sentido de se criar um marco regulatório para o setor de energias renováveis.

Brasil perde para China e Índia na produção de energia eólica

Autor do requerimento da audiência, Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que o papel dos governantes de hoje deve ser o de incentivar a produção de energia limpa, e não o de se preocupar apenas com os interesses comerciais do setor de petróleo.

Ramón Fiestas e o presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abee), Lauro

Fiúza, afirmaram que o Brasil e toda a América Latina estão atrás da Europa e dos Estados Unidos na produção de energia eólica e já perdem para Índia e China.

O embaixador da Dinamarca, Christian Konigsfeldt, disse que o seu país tem a intenção de instalar no Brasil unidades de suas empresas produtoras de equipamentos de energia eólica. O representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Frederico Reichmann, o diretor financeiro e de câmbio do Banco do Nordeste do Brasil, Luiz Henrique Mascarenhas, e o coordenador da Campanha de Energias Renováveis do Greenpeace, Ricardo Baitelo, também participaram do debate.

FÓRUM DAS ÁGUAS - Marina Silva (PT-AC) vai presidir a subcomissão temporária criada para acompanhar o Fórum das Águas das Américas, em novembro deste ano, e o Fórum Mundial da Água, que deverá ocorrer entre 16 e 22 de março de 2009 em Istambul, na Turquia. O cronograma prevê duas audiências públicas ainda este mês.

AMAZÔNIA - A compra e a venda de terras na Amazônia, particularmente no município de Manicoré (AM), serão analisadas quarta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A iniciativa é de João Pedro (PT-AM) e se baseia em notícias de que a ONG Cool Earth, do suco Johan Eliasch, é dona de 160 mil hectares no município.

TÓQUIO G8+5 - Renato Casagrande (PSB-ES), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Serys Shlessarenko (PT-MT) participam, entre 27 e 29 de junho, no Japão, do Fórum de Legisladores Tóquio G8+5, organizado para debater problemas e soluções para as alterações climáticas no mundo. Ao final, será elaborado um documento a ser entregue às autoridades mundiais.

RECURSOS HÍDRICOS - O presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), falou sobre a mobilização internacional da qual participou em Saragoça, Espanha, quando foi comemorado o Dia Nacional do Brasil na Expo 2008. Ele participou de mesa-redonda sobre a política de recursos hídricos do Brasil.

AGRICULTURA Vitorioso em discussão contra Estados Unidos, governo não acha a retaliação o melhor recurso

País pode exigir indenização pelas perdas sofridas

A princípio, o governo brasileiro está mais voltado para a não-retaliação. É o que afirmou o coordenador-geral de contenciosos do Ministério das Relações Exteriores, conselheiro Luciano Mazza.

– A lógica do sistema de controvérsia é trazer o país de novo para uma situação de legalidade. Esperamos que os Estados Unidos façam mudanças que eliminem ou minimizem os prejuízos que os subsídios causam ao mercado internacional – disse o conselheiro.

Para Mazza, o cumprimento das obrigações pelos americanos, sem a retaliação, é mais satisfatória para o Brasil e para o setor de algodão.

– A adoção de uma contramedida não é uma tarefa simples, não por questões políticas, mas por questões de ordem técnica. Às vezes retaliar é dar tiro no pé – afirmou.

O próximo passo é o Brasil solicitar a arbitragem da OMC para que seja definido o montante que tem a receber dos Estados Unidos de indenização, caso decida pela retaliação.

Técnicos dos ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estudam de que forma poderá ser feita a retaliação, se necessária. Ela poderá ser aplicada até que os Estados Unidos cumpram o que foi determinado pela OMC.

A retaliação cruzada, em que são atingidos outros setores do país condenado, é uma possibilidade de atuação, segundo o coordenador-geral de Assuntos Multilaterais do Ministério da Agricultura, Luiz Cláudio Carmona.

– Se fomos prejudicados em bens, teremos de retaliar em bens também. Mesmo que sejam atingidos outros setores, os produtores de algodão serão beneficiados, porque os americanos prejudicados irão fazer pressão sobre seu governo para que mude a política de subsídio – explica Carmona.

Quebra de patentes é outra possibilidade, mas, segundo Carmona, o retorno seria muito pequeno para os produtores brasileiros.

CARLOS BALLAMINUT



Colheita de algodão no Brasil: setor vive dificuldades agravadas no mercado internacional pelos subsídios dos Estados Unidos

Disputa começou em 2003

2003/fevereiro - Brasil acusa EUA de subsidiarem produtores, distorcendo os preços internacionais e prejudicando os agricultores brasileiros. De 1999 a 2003, EUA distribuíram US\$ 13 bilhões em subsídios.

2005/março - Brasil vence a disputa na OMC que determina aos EUA a realização de “ajustes administrativos”, ou que suspendessem os programas de créditos à exportação. O Brasil calculou em US\$ 4,1 bilhões as sanções aos americanos. Não chegou a aplicá-las por-

que eles se comprometeram a retirar os subsídios, o que não aconteceu.

2006/março - Brasil apresenta nova queixa para provar que a decisão da OMC não foi cumprida.

2008/janeiro - OMC volta a condenar os EUA por não cumprirem suas decisões. Americanos recorreram ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC

2008/junho - A OMC ratifica a decisão anterior, encerrando o processo com ganho de causa para o Brasil.

OMC apóia Brasil contra subsídios ao algodão

pela primeira vez o Brasil levou a termo um contencioso agrícola na Organização Mundial do Comércio (OMC) e, após cinco anos, venceu a disputa. Depois de apelar, os Estados Unidos foram novamente condenados na acusação de que estão prejudicando o comércio mundial de algodão, em especial o brasileiro, com os subsídios ofertados a seus produtores.

O governo brasileiro estuda agora se irá, ou não, retaliar os americanos. A questão foi amplamente debatida na semana passada em audiência pública da Comissão de Agricultura do Senado.

O painel (processo pelo não-cumprimento das regras

ou compromissos estabelecidos) na OMC teve início em fevereiro de 2003. A primeira decisão favorável ao Brasil saiu dois anos depois, quando foi determinado aos Estados Unidos – que são os maiores exportadores da fibra – que promovessem “ajustes administrativos” na política agrícola ou suspendessem os programas de créditos à exportação.

Com o não-cumprimento, o Brasil apresentou nova queixa, que acabou em mais uma condenação dos americanos no início deste ano, ratificada após ape-

lação no último dia 2 de junho (veja quadro).

O Brasil já realizou dois outros painéis do setor agrícola na OMC: frango salgado e açúcar, ambos contra a União Européia. Eles acabaram abandonados porque os europeus modificaram suas leis antes mesmo dos julgamentos.

Senadores acham que país deve ser firme

Representantes do estado de

Brasil já obteve vitórias contra Europa envolvendo frango e açúcar

Mato Grosso, que detém a maior área plantada de algodão no país, os senadores do DEM Jayme Campos e Gilberto Goellner acreditam que o

Brasil precisa ter uma decisão firme para não perder o espaço que ganhou. Para Campos, “o Brasil tem que se impor mais, diante da política perversa em relação a nossa exportação”.

– A cultura do algodão passa por uma situação difícil, o setor está com déficit. Se não houver redução dos subsídios americanos, o Brasil tem de retaliar em outros setores possíveis – disse Goellner.

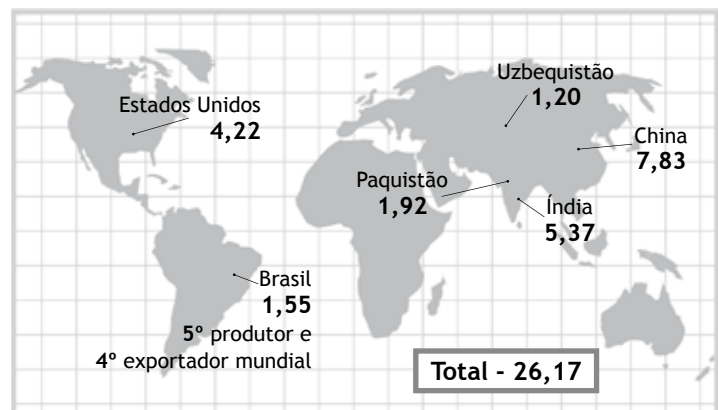
Neuto de Conto (PMDB-SC) defende a retaliação, “para que o país não perca o respeito perante as demais nações”.



Ao lado de Hélio Tolini, o senador Neuto de Conto (E) ouve o presidente da associação de produtores, Haroldo Cunha

China é o maior produtor; Brasil, o 5º

China é o maior produtor e importador de algodão. Abaixo, os principais produtores do mundo, em milhões de toneladas



Teto de subsídios nacionais é 19 vezes menor

Os EUA podem utilizar até US\$ 19 bilhões por ano em subsídios para sua produção agrícola. No Brasil, o teto é de US\$ 982 milhões, mas o que é aplicado fica muito abaixo disso.

– Só temos de declarar nosso subsídio quando ele representa mais de 10% do valor da produção. Isso aconteceu em 1998, quando o montante chegou a US\$ 82,8 milhões, e também deverá haver saldo para 2005 e 2006 em culturas como algodão, trigo e arroz – informa o coordenador-geral de Assuntos Multilaterais

do Ministério da Agricultura, Luiz Cláudio Carmona.

Curiosamente, este ano o Brasil deverá investir mais subsídios no setor algodoeiro que os EUA, mas respeitando os limites acordados. Os subsídios americanos para o algodão no período de 1999 a 2003 causaram perdas de US\$ 478 milhões às exportações brasileiras.

Nesse mesmo período, o algodão americano passou de 17% para 42% de participação no mercado internacional. Com isso, os EUA dobraram suas exportações e causaram depressão dos preços.

Para a safra 2007/2008, o Brasil deve produzir 1,5 milhão de toneladas de algodão (1/3 é exportado), mas a previsão é de que haja redução da área plantada nos próximos anos.

– Com essa concorrência e com o câmbio pode haver uma redução de até 30% do plantio de algodão no país. Somos um setor extremamente organizado, mas que não está conseguindo sobreviver – diz o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), Haroldo Rodrigues da Cunha.

JOSÉ CRUZ

ECONOMIA Análise dos economistas indica que, além do incremento do consumo de alimentos e petróleo, espiral de preços é alimentada por políticas monetárias frouxas adotadas na maioria das chamadas nações emergentes, como Brasil, Rússia e China

Risco de inflação é maior para os países emergentes

Preocupados com os preços ascendentes de *commodities* como milho, minério de ferro e petróleo, os bancos centrais dos Estados Unidos e da União Européia têm feito de tudo para evitar que a inflação dispare. Mas uma análise econômica mais aprofundada revela que esses países ricos correm muito menos risco de um surto inflacionário do que países emergentes como China, Brasil, Rússia e Argentina.

A taxa oficial de inflação na China, por exemplo, está no patamar mais alto dos últimos 12 anos: 8,5% em maio, contra 3% há um ano. Na Rússia, a inflação saltou de 8% para mais de 14% em um ano. Na América Latina, o cenário é um pouco melhor. Ainda assim, no Brasil a taxa subiu para a casa de 5%, ante 3% há um ano. A situação é bem pior na Argentina, onde os órgãos oficiais divulgaram uma taxa de 8,9%, mas o banco Morgan Stanley estima que a inflação verdadeira esteja próxima de 23% – era 14,3% no ano passado.

Os números chineses confirmam que os alimentos – juntamente com o petróleo – são os grandes vilões. Os preços de comida na China subiram 22% em um ano, enquanto os preços dos demais produtos aumentaram apenas 1,8%.

Diante da ameaça, nações como o

Brasil têm lançado mão de aumentos dos juros para conter a demanda e, como consequência, a inflação. A taxa de juros por aqui, que ficara estacionada em 11,25% por vários meses, subiu recentemente para 12,25% e os economistas acreditam que ela pode passar de 14% em 2008. Mas os países emergentes, na média, têm sido muito comidos nas altas dos juros, que estão negativas em muitos deles. Na Rússia, por exemplo, a taxa nominal de 6,5% está quase oito pontos percentuais abaixo da inflação.

Mesmo que os preços dos alimentos estabilizem, as políticas monetárias frouxas adotadas pelos emergentes devem continuar aquecendo a demanda por produtos de outras categorias – e, por conseguinte, a inflação. Afinal, esses países foram responsáveis por 90% do aumento no consumo global de petróleo e metais e por 80% no crescimento da demanda por cereais desde 2002.

Os economistas dizem que, se o arrocho monetário fosse maior, a alta dos alimentos acabaria compensada por quedas de preços de outros produtos. No cenário atual, o que tende a acontecer é o contrário: a carestia de

comida se alastrar por outros setores (*veja abaixo*).

Philip Poole, analista do banco HSBC, disse à revista inglesa *The Economist* que muitos emergentes ficaram sem capacidade produtiva porque os investimentos não ocorreram no mesmo ritmo do crescimento econômico. Isso faz com que os custos de produção das empresas subam e elas queiram repassar tais custos aos compradores por meio de aumento de preços. No Brasil e na Índia, por exemplo, o uso da capacidade instalada da indústria já bateu recordes históricos.

Nosso nível de emprego, aliás, está no patamar mais alto dos últimos 20 anos. O problema, nesse caso, é que num mercado aquecido e com preços em alta os trabalhadores tendem a pedir aumento de salário, alimentando assim a espiral inflacionária.

Quando se examina os emergentes, percebe-se que eles exibem uma saúde econômica parecida com a dos países ricos no começo dos anos 70, quando ocorreu a última grande crise inflacionária. E a comparação preocupa: nos Estados Unidos, a inflação começou a década de 70 em 5,5%, saltando para 13,3% em 1979.

Os preços dos alimentos na China subiram 22% em apenas um ano



Petróleo, que já foi o vilão da grande crise dos anos 70, registra altas históricas e também alimenta inflação



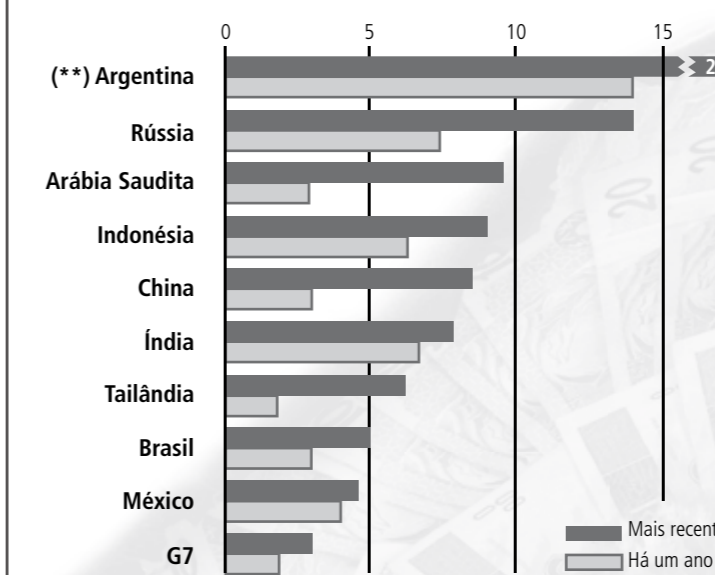
Alimentos em feira de Porto Alegre: crescimento da renda do trabalhador é uma das causas da recente elevação nos preços no país



Feijão nas prateleiras: IPCA de maio bateu recorde que persistia desde 1994

Será que o monstro acorda?

Os índices de inflação dos países emergentes* estão bem mais altos que há um ano. Veja a comparação com a média do G7, grupo que reúne os países mais industrializados (em % ao ano)



* Até maio de 2008
 ** Estimativa do banco Morgan Stanley
 Fontes: *The Economist*/Dados dos países

Mercadante defende superávit primário como arma

Aloizio Mercadante (PT-SP) tem defendido que o governo precisa continuar implacável no combate à inflação e a arma a ser usada é o superávit primário (o que sobra da receita do Estado para pagar a dívida pública). Mas, segundo ele, é necessário também que a política fiscal esteja articulada com a política monetária. “Se o Banco Central

aumentar muito os juros por causa de pressões inflacionárias setoriais, nós vamos atrair mais capital estrangeiro, o que geraria maior valorização do real. Isso prejudicaria as exportações e o saldo da balança comercial, que já estão comprometidos pela desvalorização do dólar e a valorização do real”, disse ao *Jornal do Senado*.

Para ele, o governo não deve sobrecarregar a política monetária, mesmo porque a taxa de juros é instrumento limitado quando se trata de um choque externo como o gerado pelas altas dos alimentos e do petróleo. Já Papaléo Paes (PSDB-AP) lembra que o controle da inflação foi uma conquista iniciada há 15 anos, no governo Itamar Franco.

Alta dos alimentos contamina os preços dos serviços

Num primeiro momento, os alimentos foram protagonistas no cenário de inflação ascendente. Agora, os reajustes se dissiparam e atingem a maior parte da cesta de produtos que integra o IPCA, calculado pelo IBGE. Em maio, dos 465 itens pesquisados pelo índice oficial, 71,4% tiveram alta. O percentual supera em quase dez pontos o de abril – 62%. Em maio do ano passado, o chamado índice de difusão era bem menor: 57%, segundo dados da consultoria econômica Tendências.

Em maio, o IPCA surpreendeu os especialistas e bateu em 0,79%, contra 0,55% em abril. Foi a maior alta desde abril de 2005 (0,87%) e a mais elevada variação para um mês de maio desde o início do Plano Real, em 1994. Diante do resultado, economistas já cogitam a possibilidade de o IPCA ultrapassar a meta do

governo para 2008, de 4,5%.

Um sintoma de que a inflação se alastra está no comportamento dos preços dos serviços, que avançam e atingem a maior parte da cesta de produtos que integra o IPCA, calculado pelo IBGE. Em maio, dos 465 itens pesquisados pelo índice oficial, 71,4% tiveram alta. O percentual supera em quase dez pontos o de abril – 62%. Em maio do ano passado, o chamado índice de difusão era bem menor: 57%, segundo dados da consultoria econômica Tendências.

Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de índices de preços do IBGE, apontou um claro movimento de alta. “Existem duas influências importantes: o reajuste do salário mínimo e, mais recentemente, a alta dos preços dos alimentos. Para quem é autônomo, a alimentação é muito sentida no orçamento, e a tendência é que se tente repassar os aumentos para o custo dos serviços”, disse ela.

Enchentes nos EUA complicam o cenário

Parece que nem São Pedro ajuda quando a inflação ameaça disparar. Nos Estados Unidos, por exemplo, boa parte da principal região produtora de grãos está sofrendo com as enchentes. Isso aponta para uma possível quebra de safra e uma redução dos já minguados estoques mundiais. O que, é claro, deve vitimizar ainda mais os preços que alimentam o monstro inflacionário.

Iowa, principal estado produtor de grãos dos EUA, vive a maior enchente da história e teve interrompida a rodovia que é a principal ligação com o resto do país. Também há enchentes nos estados de Illinois, Indiana e Wisconsin.

Esses problemas na produção obviamente mexem com os preços, que alcançam patamares inéditos. Na Bolsa de Chicago, a principal referência do mundo para os mercados de *commodities* agrícolas, o contrato do milho foi negociado no começo da semana passada acima de US\$ 7,30

por *bushel* (unidade de medida usada nas bolsas de futuros americanas, equivalente a 27,2155kg), com alta de 22% no mês.

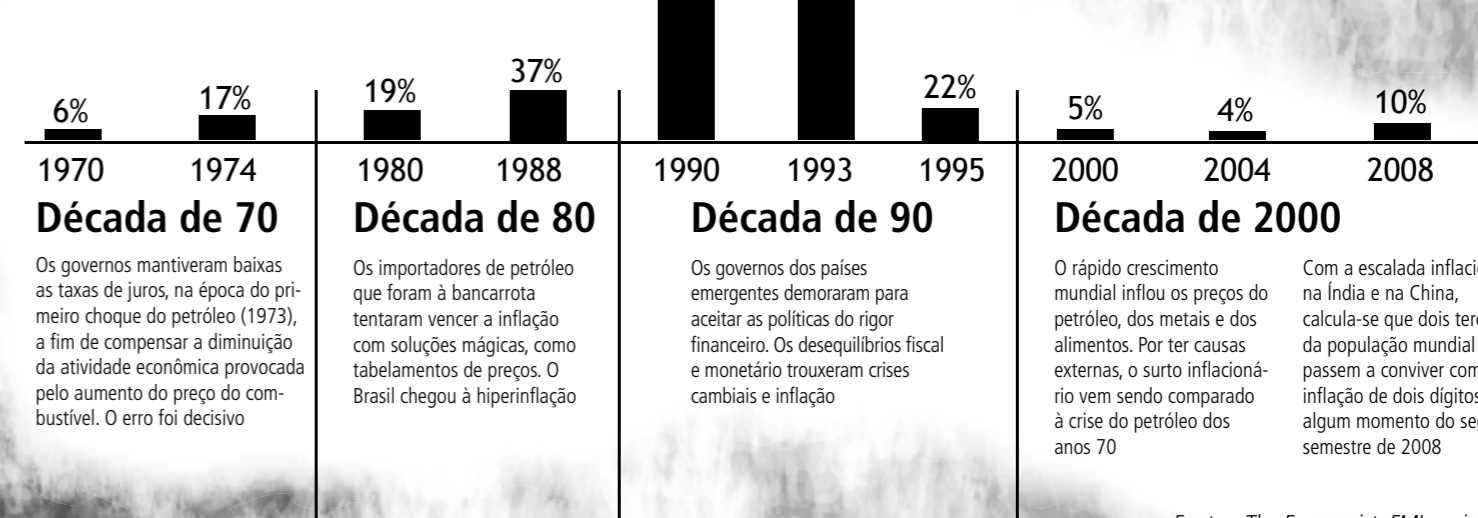
Dados da semana passada divulgados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda, na sigla em inglês) indicavam que 9% da área de milho e 8% da área de soja tinham sido inundados.

Em face da produtividade e estimada em junho, a previsão dos especialistas é que os Estados Unidos produzirão menos de 300 milhões de toneladas de milho neste ano e ficarão com estoques finais suficientes para apenas 20 dias de consumo. Se a avaliação

estiver correta, esses estoques serão os mais baixos desde a safra 1995/1996.



Cronologia da inflação mundial nos últimos 38 anos



Os governos mantiveram baixas as taxas de juros, na época do primeiro choque do petróleo (1973), a fim de compensar a diminuição da atividade econômica provocada pelo aumento do preço do combustível. O erro foi decisivo

Os importadores de petróleo que foram à bancarrota tentaram vencer a inflação com soluções mágicas, como tabelamentos de preços. O Brasil chegou à hiperinflação

Os governos dos países emergentes demoraram para aceitar as políticas de rigor financeiro. Os desequilíbrios fiscal e monetário trouxeram crises cambiais e inflação

O rápido crescimento mundial inflou os preços do petróleo, dos metais e dos alimentos. Por ter causas externas, o surto inflacionário vem sendo comparado à crise do petróleo dos anos 70

Fontes: *The Economist*; FMI; revista *Veja*

COMISSÕES

Senado deve ratificar direitos das pessoas com deficiência

A aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pelo Senado está acima de qualquer outra prioridade. A afirmação é do presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, que participou da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e pela Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Assinada pelo Brasil em março de 2007, a convenção da ONU aguarda ratificação do Congresso Nacional. O texto foi aprovado pela Câmara e tramita na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Sena-

do, onde é relatado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

– Não temos nenhuma dificuldade em votar a favor dessa convenção e vamos correr contra o tempo para aprová-la até o final da primeira quinzena de julho – afirmou o senador.

Conforme explicação de Flávio Arns (PT-PR), a ratificação da convenção – que tramita como projeto de decreto legislativo (PDS 90/08) – tem força de emenda constitucional e, após a aprovação na CRE, deverá ser votada em Plenário, com quórum qualificado. São necessários três quintos dos senadores para sua aprovação (49 votos). Otimista, Arns avalia que os líderes estão sensíveis ao tema.

A convenção prevê que a falta de condições de acessibilidade nas cidades e em instituições caracteriza discriminação contra as pessoas com deficiência, conforme afirmou Isabel Maria Maior, titular da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde). Ela destacou que a convenção representará um avanço para a legislação brasileira e fortalecerá as políticas para as pessoas com deficiência.

O presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Alexandre Carvalho Baroni,

ressaltou que a convenção mudará a lógica de que a deficiência é um problema individual, ao determinar como responsabilidade de toda a sociedade a superação de limitação aos portadores de deficiência.

Para presidente do Senado, aprovação de convenção é prioritária

No mesmo sentido, Flávia Maria Vital, organizadora da publicação *A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência – comentada*, disse esperar que a ratificação da convenção intensifique a busca por recursos e serviços que ampliem as habilidades funcionais de pessoas com deficiência.

Comissões dão aval à criação de cargos em universidades

A proposta do Executivo que cria 45.660 cargos técnico-administrativos e de professor em universidades federais e instituições de educação profissional e tecnológica já foi aprovada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta estabelece ainda a criação de 7.597 cargos em comissão e funções gratificadas. O projeto, que tramita em regime de urgência, espera o exame do Plenário.

A relatora na CCJ, Ideli Salvati (PT-SC), destaca que os novos cargos vão permitir a ampliação da oferta de cursos pelas universidades, além da criação de novas escolas técnicas. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) também destacou a urgência na contratação de professores e servidores para suprir as deficiências das universidades e escolas técnicas.

Relator na CE, Paulo Paim (PT-RS) ressaltou que as instituições estiveram impedidas de “repor com regularidade seus recursos humanos”, e limitadas de crescer e reestruturar a oferta de cursos, cortando vagas que poderiam ser oferecidas na graduação ou sobrecarregando docentes.

Escolas técnicas podem ajudar no combate à violência

O assassinato de três jovens por traficantes, no Rio de Janeiro, poderia ter sido evitado se o país já tivesse feito uma opção pela educação profissional. A avaliação foi feita por Paulo Paim durante a discussão do projeto (PLS 44/08) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que define 2009 como o Ano do Ensino Técnico.

Relator da proposta, Paim disse que as escolas técnicas são uma importante alternativa para jovens que buscam trabalho. Ele lamentou o destino dos três jovens do Morro da Providência, no Rio, entregues por militares a traficantes e, depois, assassinados.

– Talvez, se nas favelas do Rio de Janeiro houvesse mais escolas técnicas, não teríamos essa situação dos jovens assassinados com a ajuda de ervas daninhas do Exército. A escola técnica é a grande esperança dos mais pobres – disse Paim.

Gerson Camata propôs o Ano do Ensino Técnico em 2009, por se tratar do centenário do estabelecimento, pelo então presidente Nilo Peçanha, das escolas de artífices, transformadas em escolas técnicas federais. Camata elogiou ainda o presidente Lula, pela implantação de oito novas escolas técnicas no Espírito Santo.

Marina Silva (PT-AC) e Romeu Tuma (PTB-SP) também apoiaram o projeto.



Presidente da reunião, Flávio Arns (ao microfone) destaca que, quando aprovada, convenção terá força de emenda constitucional

INELEGIBILIDADE - O grupo de trabalho criado pela CCJ para consolidar os projetos sobre inelegibilidade de políticos vai realizar um levantamento de todas as propostas que tratam do assunto para que possam ser rapidamente aprovadas. Participaram do acerto o presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Demostenes Torres (DEM-GO).

INDÚSTRIA NUCLEAR - O atual estágio do desenvolvimento da indústria nuclear brasileira será tema de audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em data a ser marcada. O debate foi proposto por requerimento de Romeu Tuma (PTB-SP), subscrito por Flávio Arns (PT-PR), Augusto Botelho (PT-RR) e Virgínio de Carvalho (PSC-SE).

ANISTIA PARA POLICIAIS - Os integrantes da Polícia Militar do Rio Grande do Norte punidos por participar de movimento reivindicatório em 2007 podem ser anistiados, de acordo com proposta dos senadores do estado Garibaldi Alves (PMDB), Rosalba Ciarlini (DEM) e José Agripino (DEM). O PLS 122/07 foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa, na semana passada.

Crianças latinas com deficiência sem escola

A presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias (Riadis), Regina Maria Melo Atalla, afirmou que 70% das crianças com deficiência na América Latina não frequentam a escola. Para a especialista, o fato demonstra que os direitos das pessoas com deficiência previstos na legislação não têm chegado à população.

Regina Atalla foi uma das participantes da audiência pública promovida pela CDH e pela Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, ligada à CAS.

A presidente da Riadis infor-

mou ainda que existem no mundo 650 milhões de pessoas com deficiência, das quais 82% estão entre as camadas mais pobres da sociedade, enfrentando precárias condições de acessibilidade.

Para ele, a convenção poderá representar importantes avanços na implementação dos direitos das pessoas com deficiência. Também Nicola Speranza, representante do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, destacou a participação da sociedade civil na discussão promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a elaboração da convenção, o que deu grande legitimidade ao texto.

Para Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, procurador regional do Ministério Público do Trabalho, a convenção da ONU é mais um passo para assegurar direitos iguais a todos. Para o procurador, a convenção inova ao definir deficiência como parte da diversidade humana e ao estabelecer como princípios o respeito à autonomia individual e à independência das pessoas.

O debate realizado na CDH foi proposto pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS). Ele é autor do projeto de Estatuto da Pessoa com Deficiência (PLS 06/03), aprovado pelo Senado em dezembro de 2006.

CDH vai debater ação de militares em chacina

O episódio que resultou na morte de três jovens do Morro da Providência, no Rio de Janeiro, por traficantes do Morro da Mineira, no Catumbi, assim como a participação de militares do Exército, será debatido pela CDH.

A proposta é do presidente da comissão, Paulo Paim, que sugeriu a participação do ministro da Defesa, Nelson Jobim, e do comandante da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, general Mauro César Lorena Cid – unidade responsável pela segurança do projeto Cimento Social, no

Morro da Providência. Também serão convidados o presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, deputado Alessandro Molon, e o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannucchi.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) divulgou nota em que contesta reportagem do *Jornal Nacional*, da TV Globo, e do *Jornal das 10*, do canal Globonews, cuja chamada é “Assessores de Crivella negociam com o tráfico”. Na nota,

Crivella nega com veemência que um assessor de seu gabinete “tenha negociado qualquer acordo com o tráfico”.

Crivella repudiou a “tentativa de associar essa infâmia aos trágicos acontecimentos no Morro da Providência”. Para o senador, candidato a prefeito, a reportagem, que assinala já fora publicada pelo jornal *Extra*, visa prejudicar sua “boa aceitação pelo eleitorado do Rio de Janeiro”.

O parlamentar ainda afirmou que sua participação no Projeto do Cimento Social faz parte de sua atividade parlamentar.

TRIBUTAÇÃO



Lúcia Vânia recebe Mailson da Nóbrega e Bernard Appy para audiência pública na CDR

Estados pobres temem a reforma tributária

A maneira como a reforma tributária, em análise na Câmara, irá afetar o desenvolvimento regional, já que deverá acabar com a “guerra fiscal” entre os estados, foi tema de debate realizado semana passada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

Nessa “guerra”, os estados menos desenvolvidos reduzem impostos para atrair empresas. Para o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, os estados mais pobres terão de usar bem os recursos do futuro Fundo de Desenvolvimento Regional para criar a infra-estrutu-

ra que irá atrair investidores.

– Mas os novos fundos previstos na reforma tributária praticamente não aumentam os recursos para o desenvolvimento regional – lamentou Marcos Holanda, diretor-geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Para ele, o desenvolvimento regional ganhará apenas R\$ 1,3 bilhão com a reforma.

Segundo o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), “há um verdadeiro pavor nesses estados. A reforma vai congelar o que está aí e ninguém vai poder conceder incentivos fiscais para atrair investimentos”.

O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega (governo José

Sarney) sustentou que o sistema tributário nacional transformou-se em “um verdadeiro caos” e manifestou-se cético em relação a um efetivo empenho do presidente Lula na aprovação da reforma.

A coordenadora de Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Maria Helena Zockun, alertou para o fato de que os incentivos fiscais oferecidos pelos estados na “guerra fiscal” só costumam atrair empreendimentos que não seriam viáveis sem a concessão do benefício.

Lúcia Vânia, presidente da CDR, mostrou-se preocupada com os critérios de distribuição dos recursos do futuro Fundo de Desenvolvimento Regional.

Comércio nos aeroportos precisa ser revisto

A exigência de licitação para exploração de atividades comerciais e de serviços dentro dos aeroportos foi tema da audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Tanto o presidente da Associação Brasileira dos Concessionários Aeroportuários, Modesto Gomes Lopes, quanto o representante do Tribunal de Contas da União (TCU) presente à audiência, Horácio Sabóia Vieira, concordaram quanto à necessidade de uma nova legislação para o setor.

No entanto, Horácio Sabóia Vieira destacou que o TCU, em várias de suas decisões, “firma posição no sentido de que a licitação é obrigatória”. Em contraste, Modesto Gomes Lopes defendeu a suspensão das licitações nas áreas ocupadas até que haja consenso sobre um regulamento que discipline as concessões de uso de áreas comerciais.

O representante dos concessionários argumentou ainda que, atualmente, as normas que regulam a utilização de áreas aeroportuárias no Brasil representam um obstá-

culo para o desenvolvimento e o sucesso das áreas comerciais.

Também participaram da audiência Jorge Godinho Barreto Nery, titular da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa, e Carlos Alberto Martins de Souza, diretor comercial da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

O presidente da CMA, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), estabeleceu 30 de julho como prazo para a apresentação de sugestões por parte do setor privado e do Poder Executivo.

Acordo adia depoimento de Roberto Teixeira

Um requerimento do líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), acolhido por parlamentares da base do governo adiou o depoimento do compadre do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o advogado Roberto Teixeira, marcado para a última quarta-feira na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

O motivo do adiamento foi o

fato de os outros três convidados para a reunião – Marco Antônio Audi, Marcos Haftel e Luiz Eduardo Gallo, sócios da Volo do Brasil – não terem comparecido.

Os três enviaram ofício informando que estavam prestando depoimento na 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sobre o processo ligado à dissolu-

ção da sociedade (VarigLog).

Em entrevista à imprensa, Roberto Teixeira disse que “jamais” o presidente Lula ou a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, interfeririam ou favoreceriam empresas ou grupos no processo de compra e venda da Varig e da VarigLog.

A data da nova reunião ainda não foi decidida.

INFRA-ESTRUTURA - O projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que exclui do cálculo de despesas dos estados os valores investidos em infra-estrutura foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ela explica que a medida amplia a capacidade de investimento dos estados, que poderão direcionar para obras de infra-estrutura parte dos recursos hoje vinculados ao pagamento de dívidas. O projeto segue para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

PARAGUAI - A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) acolheu projeto de lei da Câmara (PLC 71/08), com emenda da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que trata da incidência do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos por transportadores autônomos residentes no Paraguai. Pelo texto, o Imposto de Renda deve incidir sobre esses rendimentos de acordo com as tabelas progressivas mensais previstas para os transportadores residentes no Brasil, que são mais favoráveis.

PLENÁRIO

Aprovado reajuste para 800 mil servidores

O Congresso aprovou na quinta-feira o projeto (PLN 5/08) enviado pelo Executivo que abre crédito suplementar de R\$ 7,56 bilhões ao Ministério do Planejamento para que possa pagar os aumentos salariais de aproximadamente 800 mil servidores, civis e militares, negociados desde o ano passado. O dinheiro sairá do superávit primário (sobra em caixa antes do pagamento de juros) apurado pelo governo no ano passado.

Os senadores ameaçaram, no dia 20 de maio, obstruir todas as votações de medidas provisórias caso o governo mantivesse a MP 430/08, que tinha o mesmo objetivo do PLS 5/08. A opo-

sição no Senado argumentou que o Supremo Tribunal Federal já havia decidido que não se pode usar medida provisória para abertura de crédito orçamentário, exceto em situações específicas (comoção interna, emergência etc). Ficou acertado, então, que o governo trocaria a MP por um projeto de lei, que agora foi aprovado, com apoio das oposições.

Para concluir o processo de reajuste dos servidores, o Congresso terá de votar a MP 431/08, que detalha quais categorias têm aumentos – uma parte dos servidores já está recebendo o reajuste, pois medida provisória tem vigência imediata.

Vai à promulgação novo salário mínimo de R\$ 415

A medida provisória (MP 421/08) que elevou o salário mínimo de R\$ 380 para R\$ 415 – reajuste correspondente a 9,21% e que passou a vigorar em 1º de março de 2008 – foi aprovada em Plenário na quarta-feira e vai à promulgação. O valor da diária do mínimo, de acordo com a MP, passou a ser de R\$ 13,83, enquanto o valor-hora foi fixado em R\$ 1,89.

O último reajuste aplicado ao piso levou em conta a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre abril de 2007 e fevereiro de 2008 mais o crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois anos atrás

(2006). Os critérios de reajuste, acertados pelo governo com as centrais sindicais, seguem as regras estabelecidas pelo projeto de lei da Câmara (PLC 42/07) que fixa diretrizes para a política de valorização do salário mínimo de 2008 a 2023, já aprovado, com emenda, pelo Senado e em tramitação na Câmara.

Pelo projeto, os reajustes do mínimo serão antecipados em um mês por ano entre 2008 e 2011, até que a majoração ocorra em 1º de janeiro. Os novos reajustes passarão a vigorar, portanto, a partir das seguintes datas: 1º de fevereiro de 2009; 1º de janeiro de 2010 e 2011.

Vítimas de inundações serão ajudadas

A MP 423/08 que abriu crédito extraordinário para atender despesas de obras em rodovias federais e populações vítimas de chuvas e inundações foi aprovada na quarta-feira pelos senadores e vai à promulgação. Os créditos somam R\$ 613,752 milhões, em favor dos ministérios dos Transportes e da Integração Nacional. Para o Ministério da Integração Nacional, o crédito é de R\$ 540 milhões. De acordo com o governo, permitirão o atendimento de populações dos estados da Paraíba, Ceará e Piauí.

Mais recursos no BNDES para atender empresas

O Plenário aprovou na quarta-feira a MP 420/08, pela qual a União alocou crédito de R\$ 12,5 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – destinados a financiamentos para pequenas e médias empresas e a investimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em defesa da medida provisória, senadores como Aloizio Mercadante (PT-SP) ressaltaram a importância de se aumentar os recursos necessários à ampliação do parque produtivo e dos serviços de infra-estrutura.

Novos embaixadores para ONU, OMC e 11 países

Oito mensagens do presidente da República indicando nomes de diplomatas para exercer cargos de embaixadores do Brasil junto a 11 países, à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização Mundial do Comércio (OMC) foram aprovadas pelos senadores.

Maria Nazareth Farani Azevedo assumirá o cargo de

delegada permanente do Brasil junto à ONU, em Genebra. Para a OMC e outras organizações econômicas internacionais também sediadas em Genebra, foi aprovado o nome do diplomata Roberto Carvalho de Azevedo.

Essas indicações ainda precisam ser aprovadas pelo Plenário do Senado.

PLENÁRIO

Simon faz vigília por empréstimo para o RS

O senador Gim Argello (PTB-DF), na presidência dos trabalhos em Plenário, leu pouco antes das 16h de sexta-feira mensagem da Presidência da República autorizando o governo do Rio Grande do Sul a contratar um empréstimo de US\$ 1,1 bilhão perante o Banco Mundial. A mensagem, que precisava ser lida para começar a tramitar na Casa, será agora analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e deverá ser relatada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Para apressar o encaminhamento dessa mensagem ao Congresso, o senador Pedro Simon (PMDB-RS), apoiado por Heráclito Fortes (DEM-PI) e por Gim Argello, permaneceu em vigília no Plenário desde as 10h30 de sexta-feira, mantendo a sessão aberta.

Simon disse da tribuna que estava à espera do aval do Tesouro Nacional para a negociação do empréstimo. A operação de crédito visa recompor a dívida externa do estado.

Simon explicou que, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, o Executivo federalizou a dívida do Rio Grande do Sul, pagando os credores externos e assumindo o direito de cobrança dessas dívidas. Segundo o senador, na época isso foi vantajoso para o estado, porque os juros eram maiores no exterior do que no Brasil.

– Agora, a situação é diferente: estamos pagando 18% ao ano



Simon (D), na foto com José Nery, ficou mais de cinco horas no Plenário aguardando mensagem da Presidência da República

ao governo federal, mas o Banco Mundial pode cobrar a metade disso em seu empréstimo – afirmou o parlamentar.

Simon chegou a consultar Heráclito Fortes sobre as alternativas de encerrar a sessão plenária ou esperar até às 13h, horário previsto pelo governo para enviar o documento. Diante da resposta do parlamentar pelo Piauí, de que “valia a pena esperar”, Simon anunciou que prosseguiria seu pronunciamento.

Durante esse tempo, o senador pelo Rio Grande do Sul fez várias críticas ao governo federal e ao próprio presidente da República.

– Nunca vivi momento tão triste como este, tão grosseiro e tão vulgar. O Lula está numa vaidade exagerada. O governo federal, de uma maneira triste e muito pequena, ridiculariza o

Senado e o Rio Grande do Sul. Ridiculariza a nossa inteligência, debochando de uma maneira muito triste de todos nós – desabafou o senador.

Heráclito solidarizou-se com Simon e disse que ele obteve um feito inédito: permanecer horas discursando à espera da mensagem presidencial autorizando o empréstimo. Com isso, salientou, Simon conseguiu que setores do governo se mexessem e trabalhassem para agilizar o processo que se arrasta há mais de um ano.

Outro que se solidarizou com Simon foi o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Segundo Gim Argello, Zambiasi, que estava no Rio Grande do Sul, ligou várias vezes para dizer que apoiava o ato de Simon e que também aguardava a chegada da mensagem ao Senado.

Projeto de Adelmir muda publicação de balanços

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) ressaltou a importância de projeto de sua autoria que padroniza as regras de publicação de balanços contábeis das sociedades de grande porte. Entre os benefícios, disse, está a redução dos custos da publicação nos grandes jornais e a possibilidade de publicá-los na internet. Caso vire lei, afirmou, o projeto (PLS 243/08) suprirá lacuna na legislação societária. A proposta, apresentada no dia 17, encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Quintanilha quer mais cuidados com recursos hídricos

A importância da água e os cuidados necessários para a preservação desse recurso foram ressaltados pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). Ele também lembrou que o Brasil está sentindo as consequências da falta de cuidados, no passado, com as florestas, rios e mananciais. Mas, observou, o brasileiro já tem consciência das suas responsabilidades com relação ao meio ambiente.

– Temos uma legislação forte com relação ao uso de nossas matas, e quem não respeitá-la certamente será punido – disse.

José Nery cobra universalização da energia elétrica

O senador José Nery (PSOL-PA) cobrou o cumprimento das metas do programa Luz para Todos, que prevê a universalização da energia elétrica no país. Ele manifestou preocupação com mudanças no calendário do programa, prorrogando para 2010 a implantação de redes de energia nas áreas rurais. No lançamento do Luz para Todos, lembrou, o governo teria anunciado que a meta seria atingida até 2008. O senador alerta para o risco de muitas localidades rurais chegarem a 2010 sem energia elétrica.

Canção Nova chega ao DF, anuncia Gim Argello

O senador Gim Argello (PTB-DF) saudou a inauguração do Sistema Canção Nova de Rádio e Televisão no Distrito Federal. Para marcar a chegada da rede ao DF, anunciou, haverá um celebração nesta segunda-feira, às 17h, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, com a participação, entre outros, do arcebispo do Distrito Federal, dom João Braz de Aviz, do monsenhor Jonas Habib e dos padres Marcelo Rossi e Moacir Anastácio. Canção Nova, disse, é um sistema de comunicação ligado à Igreja Católica.

Governo não libera verbas para o Piauí, diz Heráclito

Após prestar solidariedade ao senador Pedro Simon (PMDB-RS) na questão do empréstimo para o Rio Grande do Sul, Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou o governo por “deixar o Piauí fora das propostas de liberação de recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)”. Heráclito citou notícia de investigação pela Polícia Federal de desvio de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em sete estados e comentou: – Até poderia parabenizar o Piauí por estar fora disso. Mas o Piauí está fora disso porque não tem obra do PAC.

HOMENAGENS

Senadores lembram atuação de Jefferson Péres

Uma sessão especial a pedido dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Cristovam Buarque (PDT-DF) homenageou, na terça-feira, a memória do senador Jefferson Péres, morto no dia 23 de maio vítima de um infarto fulminante. Para Cristovam, seria muito bom pertencer a um país em que todos se pautassem pela ética, conforme pregava Jefferson.

De acordo com o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, o homenageado era um homem culto e tinha idéias à frente de seu tempo em termos econômicos.

Epitácio Cafeteira (PTB-MA) louvou a presença maciça de senadores e autoridades na

sessão, numa demonstração sincera do vácuo que Jefferson Péres deixará na política.

Compareceram à homenagem o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Ayres Brito; o prefeito de Manaus, Serafim Corrêa; o presidente do Tribunal de Justiça de Manaus, Osanar Menezes; e a esposa do homenageado, a juíza Marlídice Péres, acompanhada dos três filhos do casal, Rômulo, Ronald e Roger.

Outros 14 senadores se pronunciaram durante a homenagem, além do presidente do Senado, Garibaldi Alves, e de Jefferson Praia (PDT-AM), primeiro suplente que assumiu a vaga de Jefferson Péres.



Príncipe do Japão visita o Congresso

O príncipe herdeiro do Japão, Naruhito, foi recebido no Congresso Nacional na última quarta-feira. A visita fez parte das comemorações do centenário da imigração japonesa.

Naruhito e uma comitiva de 50 pessoas foram recebidos pelo presidente Garibaldi Alves e pelos senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Gerson Camata (PMDB-ES), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Romeu Tuma (PTB-SP) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Segundo Garibaldi, na audiência realizada no Salão Nobre, foram debatidos temas como a contribuição do povo japonês ao desenvolvimento do Brasil.

O príncipe participou ainda de sessão solene em homenagem ao centenário da imigração japonesa na Câmara dos Deputados e, no mesmo dia, já havia se encontrado com o presidente Lula, em visita marcada pelo lançamento de uma moeda e de um selo comemorativo à data.



Homenagem a Jarbas Passarinho

O ex-senador Jarbas Passarinho recebeu na quarta-feira passada, em cerimônia no Plenário do Senado, o diploma Professor *Honoris Causa* da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Durante a homenagem, Passarinho afirmou que “até o último suspiro da minha vida, terei a ambição de ver meu Brasil com uma sociedade solidária e fraterna e não mais exportador de sobremesa e de grãos e minérios brutos”.

Garibaldi Alves afirmou

que Jarbas Passarinho teve participação fundamental na transição democrática ao liderar articulações políticas para que o processo caminhasse da maneira menos traumática possível.

Na sessão em homenagem ao ex-senador – que exerceu três mandatos e a presidência da Casa – também se pronunciaram os senadores Paulo Paim (PT-RS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Romeu Tuma (PTB-SP) e Efraim Moraes (DEM-PB).

Voz do Leitor

TRANSPosição DO RIO SÃO FRANCISCO

“É inaceitável que o governo federal gaste mais de R\$ 6 bilhões na execução de um projeto que já nasceu morto. Esse projeto é inviável em todos os aspectos e não irá levar água para matar a sede de quem mais precisa, como afirma o governo. Pelo contrário, tem como objetivo principal beneficiar grandes projetos de irrigação de fazendeiros da região.”

João José Santos Neves, de Adustina (BA)

EXAME DA OAB

“Desobrigar o bacharel em Direito da prestação do exame de ordem para o exercício da advocacia, como defende o senador Gilvam Borges, é um desserviço à cultura jurídica nacional, com possibilidades reais de graves danos na formação dos futuros operadores do Direito. Devemos aprimorar a formação desses profissionais.”

Wilton Robson Alvarenga, de Brasília (DF)

PRECATÓRIO ALIMENTAR

“A respeito do debate de propostas de emenda à Constituição na Comissão de Constituição e Justiça, o presidente da OAB, César Brito, já antecipou que no caso dos precatórios alimentares poderá ocorrer a oficialização do calote. A esperança dos credores está na competência jurídica dos dirigentes da OAB que defenderão nossos legítimos e sagrados direitos, ingressando com uma ação direta de inconstitucionalidade no Superior Tribunal Federal. Caso correções fundamentais não ocorram ou seja tomada qualquer decisão que venha a prejudicar

ainda mais os injustiçados credores desses precatórios, a maioria com 75 anos ou mais, que aguardam há décadas a justa indenização, estará caracterizada uma vergonha nacional, com desprezo ao Estatuto do Idoso e ao artigo 100, parágrafo 1º da Constituição.”

Francisco Sampaio Júnior, de Belo Horizonte (MG)

REFORMA AGRÁRIA

“Brasileiro que não tem terra, também não tem pátria, pois não há pátria sem terra. Por onde passo, vejo uma imensidão de terras abandonadas, que se fossem entregues nas mãos dos trabalhadores, serviriam de sustento e de repatriamento desses brasileiros sem pátria. Se eu quiser construir uma casa, tenho que comprar o terreno, material de construção, pagar IPTU; mas sem emprego e um salário justo isso torna-se impossível. Infelizmente, a reforma agrária é um sonho e a corrupção uma realidade.”

Alberto Marques Aragão, de Ipu (CE)

CONCURSOS PÚBLICOS

“Proponho uma maior fiscalização nos concursos públicos, principalmente em cidades pequenas. Os prefeitos dessas cidades pouco se interessam em homologar os resultados dos concursos.”

Francisco Guimarães de Assis, de Mamanguape (PB)

VOZ DO BRASIL NA TV

“Sugiro aos senadores a criação de um programa semelhante à *Voz do Brasil* na televisão. Seria mais um meio de mostrar a transparência nas atividades dos três Poderes.”

Claudir Portella, de União da Vitória (PR)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

ambiente legal



Carro movido a água?

A fabricante japonesa Genepax anuncia ter desenvolvido o primeiro veículo movido a água do mundo. O protótipo H2O Power (foto) pode ser, segundo a empresa, abastecido com água doce ou salgada. A água é colocada no tanque e um gerador transforma

em energia o hidrogênio que retira dela. A Genepax afirma que, com um litro de água, o carro consegue andar a 80 km/h durante uma hora. A empresa espera firmar um acordo com alguma montadora para iniciar a fabricação do veículo.

A Honda vai de hidrogênio

A montadora Honda já está produzindo os primeiros carros movidos a hidrogênio e eletricidade, que emitem apenas vapor d'água. O FCX Clarity, para quatro pessoas, será vendido no mês que vem nos Estados Unidos, e a partir de setembro, no Japão. A Honda

informa que planeja produzir, nos próximos três anos, 200 unidades, que serão vendidas em contratos de *leasing* a US\$ 600 por mês, incluindo seguro e manutenção. A falta de postos de abastecimento é uma das dificuldades para o uso em larga escala desses carros.

O fumo e a obesidade prejudicam o fluxo de sangue pelo corpo, podendo contribuir para danos permanentes à audição, segundo estudo da Universidade de Antuérpia, na Bélgica. A pesquisa concluiu que a gravidade dos danos está diretamente associada ao nível de obesidade e à duração do hábito de fumar. No caso do fumo, comprovou-se que o problema começa a surgir depois de a pessoa haver fumado regularmente por mais de um ano.

O MAR ESQUENTA E SOBE -

A média do aquecimento da superfície da Terra entre 1961 e 2003 ficou em cerca de 0,4 grau centígrado, enquanto os mares se elevaram em média 1,6 milímetro por ano nesse período. A avaliação está contida em estudo de investigação científica divulgado na revista *Nature*. Os pesquisadores afirmam que as águas dos mares estão se aquecendo e aumentando de nível de modo mais rápido do que se constataria anteriormente.

SOL DE PORTUGAL -

Maior do mundo, a Central Solar Fotovoltaica de Amareleja, em construção perto da cidade de Moura, em Portugal, deverá entrar em pleno funcionamento até o final deste ano. Com investimento de US\$ 395 milhões, estima-se que vá gerar eletricidade suficiente para abastecer 30 mil residências. O ministro da Economia, Manuel Pinho, afirmou que, até 2020, Portugal espera gerar 31% de sua energia mediante fontes limpas.

Frases

“A sociedade tem manifestado que não quer pessoas com ficha suja candidatando-se a cargo eletivo”

Pedro Simon, pela prioridade no julgamento de candidatas a cargo eletivo.

“Protelar a votação da proposta para o governo articular e obter os votos necessários é também um escárnio”

Alvaro Dias, sobre a posição dos governistas de votar a nova CPMF depois das eleições municipais de outubro.

“A oposição está muito interessada em votar logo o projeto, quando ao governo interessa até saber se essa contribuição é compatível com a reforma tributária”

Romero Jucá, justificando o adiamento da votação da CSS.

“O fato é intolerável. A atuação dos militares do Exército [no Rio de Janeiro], envolvidos de maneira íntima com grupos criminosos e, ainda, tomando partido de um deles, é algo sério que exige resposta”

Arthur Virgílio, sobre o assassinato de jovens do Morro da Providência por traficantes.

“Pegar mal, não pega. Mas também não pega bem se alguém deixar de aparecer [às festas juninas no Nordeste]”

Garibaldi Alves, explicando que a suspensão das votações até 1º de julho se deve às convenções partidárias e às festas juninas.

“É um retrocesso político não considerar os imigrantes ilegais como parte de um problema social e da diplomacia internacional e criminalizar os imigrantes”

Aloizio Mercadante, ao apresentar voto de censura ao Parlamento Europeu e ao governo da Espanha.

“Proponho-lhe o acordo do chimarrão com a rapadura: o Rio Grande do Sul com o Piauí”

Heráclito Fortes, a Pedro Simon, em vigília no Plenário por empréstimo ao Rio Grande do Sul.

Foto da Semana

Dois atores e uma atriz vestidos de gueixa acompanham a visita, ao Plenário da Câmara, do príncipe Naruhito, herdeiro do trono japonês. Saneis brasileiros, os três vivem no Japão e trabalham com teatro popular. Naruhito viajou ao Brasil para participar das comemorações do centenário da imigração japonesa. No Senado, ele foi recebido pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves



LEOPOLDO SILVA

Especial festeja 400 anos de Padre Vieira

A TV Senado exibe sábado, às 15h30, e domingo, às 15h30 e 21h, o especial *O mestre da palavra*, em homenagem aos 400 anos de Padre Antônio Vieira. Com vida longa e bastante intensa, é considerado um dos homens mais influentes

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO



Quatrocentos anos depois de seu nascimento, Vieira, que foi um dos homens mais influentes do século 17, ainda é muito lembrado

do século 17. Em sua extensa obra, usou a palavra como um mago para registrar idéias e ações. Homem de fé, o padre jesuíta agiu como um político estrategista em busca do seu objetivo principal – difundir o cristianismo. Quatrocentos anos depois do seu nascimento, estudiosos e admiradores destacam a atualidade de Vieira.

O documentário traz trechos marcantes de cartas e sermões, declamados por atores em igrejas e ao ar livre, para levar o telespectador ao imaginário de Vieira. Escritores, historiadores, antropólogos e religiosos falam sobre a vida e a obra do jesuíta.

A produção do programa foi a São Luís e Salvador para reconstituir os passos do padre no Brasil. O programa tem a participação do ator Pedro Paulo Rangel, que interpretou Vieira no teatro, e de estudiosos, como o diretor do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Alcir Pécora, e o antropólogo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Luiz Felipe Neves.

Rádio trata da polêmica dos biocombustíveis

A Rádio Senado apresenta nesta sexta-feira a reportagem especial *Biocombustíveis x alimentos: o Brasil no centro de uma polêmica mundial*. O programa vai ao ar às 18h, com reprise no sábado (10h) e no domingo (17h). Maior produtor mundial de etanol, biocombustível extraído da cana-de-açúcar, o Brasil está no centro de uma polêmica. Especialistas dizem que o plantio de culturas para extrair o chamado “combustível verde” disputa espaço com a produção de grãos, o que seria

um dos fatores para o aumento dos preços dos alimentos, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Por outro lado, muitos apontam os biocombustíveis como a alternativa mais viável para substituir os derivados de petróleo, produto que enfrenta forte alta no mercado internacional. Essas e outras questões são o destaque do especial. A reportagem também estará disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/radio.

João Tenório discute etanol no Senado Ciência

João Tenório é presidente da subcomissão permanente dos biocombustíveis e integrou a delegação brasileira na última reunião da FAO. Um dos temas do encontro foi a crise na produção de alimentos e a produção de biocombustíveis como o etanol. Para o senador, que é engenheiro químico especializado na produção de

açúcar e álcool, a reunião foi importante para o país mostrar que a produção do etanol de cana-de-açúcar é viável. João Tenório é o entrevistado do *Senado Ciência*, que a Rádio Senado transmite nesta quarta-feira, às 8h30. Ele também fala sobre o avanço tecnológico e a importância da pesquisa para o setor.

TV reprisa *O Velho - A história de Prestes*

O documentário *O Velho - A história de Luís Carlos Prestes*, dirigido por Toni Venturi, dividido em quatro partes, vai ter a sua segunda parte reapresentada neste sábado, às 21h30, pela TV Senado. O documentário atravessa quase 70 anos da história contemporânea brasileira e a participação de Prestes nela. A Revolta Comunista de 35, a esposa Olga Benário, o acordo com Getúlio Vargas em 1946 e o posicionamento diante

do iminente golpe de 64, são alguns dos fatos trazidos à tona e que ajudam a entender o passado recente do país. Outro ponto abordado é a Coluna da Esperança – mais conhecida como Coluna Prestes –, que criticava o governo da época. A idéia era derrotar o então presidente da República, Arthur Bernardes.

A marcha durou dois anos, o que era muito difícil para as condições da época (entre 1925

e 1927) e percorreu mais de 25 mil quilômetros. Em *O Velho*, Prestes revela que sua presença física foi muito importante para a durabilidade da coluna. Percorria toda a marcha, conversava com cada soldado, sabia o nome e o apelido de cada um deles. Toni Venturi colheu depoimentos de políticos, historiadores, escritores, jornalistas, ex-membros do Comitê Central do PCB, amigos e familiares de Prestes.

Luz para Todos é detalhado pelo diretor do programa

O programa federal Luz para Todos, executado pelo Ministério de Minas e Energia, tem o objetivo de levar energia elétrica para famílias que ainda não contam com esse serviço em suas residências. Recentemente houve alteração no cronograma de execução das obras.

Hélio Morito, diretor nacional do programa, fala à Rádio Senado, no *Fique por Dentro da Lei*, nesta terça-feira, às 8h30. Ele dará informações gerais sobre o programa e também irá orientar os ouvintes sobre como requisitar a instalação de energia elétrica em suas comunidades.



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo
19h30 - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação

DOMINGO

6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
11h - Música do Brasil
12h - Música e informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2
Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO



Na discussão sobre a oferta de medicamentos especiais, Tião Viana disse que SUS está asfxiado

Viana defende normas para remédio especial

Tião Viana (PT-AC) apontou a falta de normas sobre o fornecimento de medicamentos especiais pelo Sistema Único de Saúde (SUS) como uma das causas do grande número de decisões judiciais obrigando o poder público a oferecer tais remédios aos demandantes das ações. Segundo ele, a situação tem gerado a “asfixia” dos serviços públicos de saúde nos estados e municípios, que enfrentam dificuldades orçamen-

tárias para adquirir remédios que não constam das farmácias das unidades de saúde.

O senador coordenou os trabalhos do seminário “Judicialização das políticas de assistência farmacêutica: o caso do Distrito Federal”, promovido pelo Centro de Altos Estudos da Consultoria Legislativa do Senado.

Entre as iniciativas para regulamentar a oferta de medicamentos especiais pelo SUS, Viana destacou projeto de sua autoria

(PLS 219/07) que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguarda parecer do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE).

No seminário, pesquisa do consultor Luiz Carlos Romero mostrou o crescimento em mais de 240%, em três anos, no número de ações judiciais visando ao fornecimento de remédios não disponibilizados pela rede pública – foram 682 ações em 2006 contra 281 em 2003.

Em seminário, cooperativas pedem mais representação

Na abertura do 1º Seminário da Frente Parlamentar do Cooperativismo, na terça-feira, o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio de Freitas, defendeu uma permanente representação dos cooperativistas no Congresso. Ao mesmo tempo, agradeceu o Parlamento por estar aberto às informações e necessidades das cooperativas. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que os números bilionários das cooperativas as colocam como propulsoras do desenvolvimento nacional.

BRAILE - A Câmara de Diadema, em São Paulo, aprovou em 25 de maio voto de congratulação do vereador Maninho (Manoel Eduardo Marinho) ao *Jornal do Senado* pela versão da publicação em braile. O jornal em braile é distribuído gratuitamente para bibliotecas e organizações de apoio a deficientes visuais. Assinaturas podem ser solicitadas pelo telefone (61) 3311-3333 ou pelo email jornal@senado.gov.br.

Para alunos das duas últimas séries do ensino fundamental das escolas públicas estaduais.

Estudante, participe!
Informe-se com a diretoria da sua escola!

I CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL
A Bandeira Nacional

Acesse o site do concurso para mais informações sobre a premiação e o regulamento:
www.senado.gov.br
ou
www.senado.gov.br/sf/senado/srps/concurso_bandeira/index.asp

Logos of participating organizations: Senado Federal, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), Correios, and Brasil Telecom.

O I Concurso de Redação do Senado Federal A Bandeira Nacional já está nas escolas de todo o país

Associação de jornalistas do Senado tem nova direção

A nova diretoria da Associação dos Profissionais de Comunicação do Senado (Comsefe) tomou posse em solenidade realizada na Biblioteca Luiz Vianna Filho. Foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, Romolo Mazzocante Júnior e Nilo Bairros. A associação representa mais de cem jornalistas e relações públicas da Casa.

Ao fazer um histórico da criação dos órgãos de comunicação do Senado, o diretor-geral, Agaciél Maia, ressaltou o papel que desempenham “na conscientização da população sobre a importância da instituição para a democracia”.

Mazzocante, jornalista da TV Senado, afirmou que a comunicação social vem acompanhando o crescimento do Senado. Ele prometeu ainda aprofundar os debates iniciados

durante a gestão de seu antecessor, Aluizio Oliveira, ampliar os canais de interlocução com os diversos órgãos da Casa e promover o aperfeiçoamento dos profissionais.

Aluizio Oliveira ressaltou a necessidade do aperfeiçoamento das instituições e disse acreditar que Mazzocante será “defensor e advogado” dessa causa.

Compareceram à posse os senadores José Nery (PSOL-PA), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Adelmir Santana (DEM-DF); o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, Romário Schetino; o diretor da Secretaria de Recursos Humanos do Senado, José Carlos Zoghbi; o diretor da Secretaria de Comunicação Social (Secs), Helival Rios; e a diretora da biblioteca, Simone Bastos, além de diversos jornalistas dos órgãos da Casa.

Novo presidente promete maior interlocução com os órgãos da Casa

Presidência

Garibaldi participa da posse de três novos ministros do STJ

Ao lado do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, prestigiou a posse de Geraldo Og Niceas Marques Fernandes, Luís Felipe Salomão e Mauro Luiz Campbell Marques no cargo de ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

Os três novos magistrados vão ocupar, respectivamente, as vagas deixadas pela aposentadoria do ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, pelo falecimento do ministro Hélio Quaglia Barbosa e pela aposentadoria do ministro Francisco

Peçanha Martins.

Os magistrados foram aprovados em sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado no dia 28 de maio e suas indicações foram acolhidas em Plenário no dia 4 de junho.

A cerimônia de posse contou com a presença do procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Alberto Menezes Direito, além de governadores, senadores, deputados e outras autoridades.

OAB - O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto, com quem conversou sobre a proposta de emenda à Constituição que altera as regras para o pagamento dos precatórios em atraso. Britto comunicou ao presidente do Senado que, quando a matéria (PEC 12/06) chegar a Plenário, a OAB apresentará os mesmos argumentos contrários à PEC quando de sua votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na semana passada. - Para nós, essa proposta estabelece um calote da dívida dos estados com o cidadão e cria um mecanismo autoritário inaceitável - disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papatéo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Aquecimento global: o que fazer?

As mudanças no clima vêm sendo sentidas em todo o planeta e a cada dia os cientistas revelam novas descobertas sobre o chamado aquecimento global, considerado por muitos um dos maiores problemas da atualidade. Mesmo a fome e as

guerras podem perder importância diante desse novo problema, que pode, inclusive, agravá-las. Veja nesta edição o que é o aquecimento global e o que cada cidadão precisa fazer para minimizar suas consequências.

Efeito estufa explica o fenômeno

A atmosfera é composta por um conjunto de gases que faz com que uma parte do calor do Sol, quando chega à Terra, não se dissipe totalmente, criando um efeito estufa natural, necessário para manter uma temperatura na qual a vida possa existir. Enquanto alguns desses gases têm origem na natureza, outros são produzidos pela atividade humana – indústrias, automóveis, aviões.

Segundo os cientistas, a atmosfera contém hoje 40% mais CO₂ (dióxido de carbono) – principal causador do efeito estufa – do que antes do início da era industrial (século 19). A quantidade excessiva de alguns gases na atmosfera está elevando a temperatura e interferindo no complexo sistema climático da Terra.

Além do homem, que sofre com o aumento das tempestades, furacões, secas etc., os animais e

vegetais já estão reagindo ao aquecimento global, mudando de lugar ou simplesmente desaparecendo.



Você sabia que...

- ▷ Uma viagem de 1.600 km de avião causa a emissão de 150 kg de CO₂, e o mesmo trajeto, feito de trem, libera apenas 3 kg?
- ▷ A cada ano, 16 mil aviões liberam na atmosfera 600 milhões de toneladas de CO₂?
- ▷ Uma tonelada de lixo comum (média anual para uma família de quatro pessoas) emite 300 kg de gases num lixão e 80 kg se for incinerada, e que, se selecionada e reciclada, não contamina o ambiente?
- ▷ Um banho de ducha consome quatro vezes menos água do que um banho de banheira?

Consequências serão severas

Aumento do nível dos mares e da temperatura – Estudos prevêem um aumento de 1,4° C a 5,8°C na temperatura global, se nada for feito para reduzir drasticamente as emissões de gases. Isso causará expansão dos oceanos (quanto mais aquecida, mais espaço a água ocupa) e aumento no degelo dos pólos, suficiente para elevar o nível dos mares entre 10 e 88 cm, provocar inundações e prejudicar as águas para consumo humano.

Mudança nos ecossistemas – A distribuição geográfica e a composição dos ecossistemas vão se alterar, e as espécies que não

conseguirem uma rápida adaptação poderão desaparecer.

Prejuízos à saúde humana – São esperados um aumento do número de problemas respiratórios e cardiovasculares e o surgimento de epidemias de doenças transmitidas por mosquitos e roedores.

Problemas para a economia mundial – Além das perdas no setor agrícola, e o consequente aumento dos preços, os desastres naturais poderão custar cerca de US\$ 150 bilhões por ano.

Essas previsões não são um consenso – ainda há muitas divergências, mas os cientistas concordam num ponto: as mudanças climáticas são um dado concreto e é necessário rever a relação do homem com o planeta.

Soluções exigem nova postura e disciplina

Reduzir drasticamente as emissões dos gases de efeito estufa exige, além da ação dos governos e dos empresários, que as pessoas mudem seus hábitos e cumpram o seu papel. Veja como ajudar.

Em casa

- ☺ Economize energia. Apague luzes desnecessárias, compre eletrodomésticos de nível “A” em eficiência energética, que podem reduzir a emissão de 110kg de CO₂ por ano.
- ☺ Evite abrir freqüentemente portas de freezers e geladeiras e, assim, consuma menos 15% de energia.
- ☺ Diminua a temperatura das máquinas de lavar de 60°C para 40°C e, dessa forma, reduza em 54% o consumo de energia.
- ☺ Desligue da tomada os aparelhos com stand-by quando não estiverem em uso.
- ☺ Troque lâmpadas incandescentes por fluorescentes, que gastam cerca de 80% menos energia. Substituir uma lâmpada de 100 W economiza 115 kWh/ano.
- ☺ Use ar-condicionado o mínimo possível.

- ☺ No uso da água, evite desperdício e procure reaproveitar sempre que possível.
- ☺ Informe-se sobre as casas ambientalmente corretas, que aproveitam a água da chuva, usam energia do sol para iluminação e aquecimento – têm o máximo de iluminação natural – e procure usar essas tecnologias.
- ☺ Reaproveite garrafas, sacos plásticos e embalagens.
- ☺ Cuide muito bem do seu lixo – separe tudo para que seja possível reciclar.
- ☺ Rejeite produtos com CFC (clorofluorcarbono), gás que destrói a camada de ozônio.
- ☺ Evite trazer excesso de sacolas plásticas do supermercado e peça ao estabelecimento para trocá-las por sacolas de papel.
- ☺ Prefira produtos fabricados na sua cidade ou região – trazer produtos de outra região implica uso de mais energia e combustível.

No transporte

- ☺ Deixe o carro na garagem e use transporte coletivo ou bicicleta sempre que possível.

- ☺ Dê preferência a biocombustíveis como álcool e biodiesel.
- ☺ Mantenha motor regulado e pneus do carro com a pressão certa (atrito maior aumenta o consumo do veículo em até 2%).
- ☺ Evite mudanças bruscas de velocidade, antecipando as paradas nos semáforos.
- ☺ Reduza a velocidade de passeio para o máximo de 100 km/h. Isso diminui o consumo de combustível em 15%.
- ☺ Não exagere no uso de ar-condicionado e de sistemas de som potentes, que consomem 13% mais energia.
- ☺ Evite levar peso desnecessário.

Prefira o verde

- ☺ Ajude a recuperar o verde de sua cidade. Plante em vasos nas sacadas, e árvores no quintal, propriedade rural e até mesmo áreas públicas.
- ☺ Evite cimentar área verde em casa.
- ☺ Denuncie derrubada ilegal de árvores e não compre móveis ou madeira de origem duvidosa ou irregular.
- ☺ Se você é agricultor, siga rigorosamente as regras para uso de fertilizantes e defensivos.
- ☺ Inclua o aquecimento global na educação dos seus filhos, converse sobre o problema com sua família e comunidade.
- ☺ Exija da sua prefeitura sistemas eficientes de drenagem de águas da chuva e de coleta e tratamento adequados de esgoto e de lixo.

Indústria, desmatamento e agricultura: os maiores vilões

As principais causas do aquecimento global são:

Emissões industriais – Os gases lançados pelas indústrias são os maiores causadores do efeito estufa. São muito artificiais e vários contêm flúor, substância capaz de destruir a camada de gás ozônio que protege o planeta dos efeitos nocivos dos raios solares. O hexafluoreto de enxofre, por exemplo, usado como isolante de sistemas elétricos, provoca um efeito de aquecimento 24 mil vezes superior ao do CO₂.

Uso de combustíveis fósseis – Cerca de 60% dos gases poluentes vêm da queima do carvão, petróleo ou gás natural.

Desmatamento – Como as árvores retiram CO₂ da atmosfera, devolvendo oxigênio, sua des-

truição afeta duplamente o sistema: pelo trabalho que deixam de realizar e pelas queimadas e decomposição das árvores destruídas.



Agricultura e pecuária – O gás metano (CH₄), responsável por grande parte do efeito estufa, provém da fermentação e decomposição dos dejetos de gado, produção de arroz em campos alagados e outras atividades agrícolas. Já o uso de fertilizantes é responsável pela emissão de óxido nitroso (N₂O).

Lixo – A decomposição do

lixo enterrado ou a céu aberto é a segunda maior fonte de liberação de metano.

Ainda que fosse possível uma drástica e imediata redução dessas emissões, os cientistas dizem que não haveria como evitar as mudanças atuais no clima, causadas por emissões do passado. Por isso, diminuir as emissões hoje é essencial para que o quadro não piore muito num futuro próximo.

Saiba mais

Ministério do Meio Ambiente
Esplanada dos Ministérios - Bloco B
Brasília (DF) - CEP 70068-900
(061) 3317-1000
www.mma.gov.br

Saiba mais sobre como usar bem a água, econo-

mizar energia, reciclar o lixo e usar agrotóxicos corretamente nas edições do *Especial Cidadania* de nº 6, de 20/10/2003; 23, de 29/3/2004; 46, de 20/9/2004; 90, de 12/9/2005; 102, de 5/12/2005; 111, de 20/2/2006; e 112, de 6/3/2006 - www.senado.gov.br/comunica/agencia/cidadania/index.htm.

Para refletir

- A temperatura média da Terra aumentou entre 0,4° e 0,8° C desde o final do século 19
- 2005 foi o ano mais quente de que se tem registro
- O nível médio dos mares subiu de 10cm a 20 cm nos últimos cem anos
- A neve no Hemisfério Norte diminuiu 10% desde o final da década de 1960
- O gelo do Ártico diminuiu 10% nos últimos 30 anos